



Cruzando fronteiras – novos olhares sobre a história do trabalho

São Paulo: Editora Fundação
Perseu Abramo, 2013.
304 p.

*Alexandre Fortes, Henrique
Espada Lima, Regina Célia
Lima Xavier, Sílvia Regina
Petersen (orgs.)*

Fernando Sarti Ferreira¹

A coletânea de artigos *Cruzando fronteiras – novos olhares sobre a história do trabalho* reúne o resultado de cinco anos de pesquisa realizada por professores e alunos de três universidades federais brasileiras (UFRGS, UFSC, UFRRJ), nucleados no Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho, da Associação Nacional de História (Anpuh). A elaboração destes trabalhos se insere dentro de uma vertente chamada *História Global do Trabalho*, sendo um dos seus principais expoentes Marcel Van der Linden, diretor do International Institute of Social History de Amsterdam. Linden – que nos visitou durante o Seminário Internacional Arquivo Edgar Leuenroth, em maio de 2010, proferindo a conferência de abertura – propõe² a necessidade de se dar um salto em relação às investigações sobre a história do trabalho. Partindo dos avanços realizados por E. P. Thompson e das contribuições das diversas escolas espalhadas por todo o mundo inspiradas no trabalho do historiador inglês, mas principalmente de uma limitação dessa tradição – uma espécie de pecado original, já que o próprio Thompson teria incorrido neste ao ter entendido o desenvolvimento da classe trabalhadora como um processo autossuficiente e restrito a um território nacional –, Linden traz a *História Global do Trabalho* como um momento de reinvenção da disciplina.

A *História Global do Trabalho*, é importante frisar, não constitui uma teoria, mas sim uma área de interesse. Para o historiador holandês, o pluralismo de estruturas interpretativas nesta área não

é apenas uma característica inevitável e deve ser estimulada. Sobre seus temas, ela precisa ser transnacional, não apenas cruzando as fronteiras nacionais na busca dos nexos e influências entre os diversos processos históricos relativos ao trabalho, mas também outras fronteiras, como entre o trabalho livre e o compulsório, as organizações formais e não formais dos trabalhadores, incorporando assim a interação dos trabalhadores com o “outro lado”, ou seja, patrões, senhores e agentes públicos e estatais. Por fim, apesar de não delimitar nenhum período específico, Linden sugere que é possível falar em uma *história global do trabalho* principalmente a partir da expansão comercial europeia do século XIV.

Este livro, publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo, portanto, se entende como parte integrante desse esforço de renovação, sendo o Brasil um dos países de maior destaque na América Latina³. Em se tratando de uma área de interesse na qual, segundo as palavras de Linden, “Todos podem [...] anexar o sentido que quiserem”, o grupo responsável pelo livro entende como suas principais perspectivas analíticas: a revisão de balanços historiográficos, ou “[...] categorias que aparecem como descritores fixos”; a utilização ou revisão de novas fontes; uma maior atenção às interdependências entre temas, espaços e temporalidades, “[...] desfazendo dicotomias, fragmentações ou fronteiras fixas que configuram indevidamente, na historiografia, objetos específicos [...]”; e, por fim, “A desconstrução das representações naturalizadas ou racializadas sobre o trabalho e os trabalhadores”⁴.

O artigo de Alexandre Fortes e John D. French, que abre o livro em questão, procura situar o grupo *Mundos do Trabalho* por meio de um breve balanço historiográfico sobre o campo da história do trabalho, fazendo referências interessantes sobre como este foi sendo permeado, transformado e mesmo eclipsado em estreita relação com o próprio desenvolvimento econômico e político do Brasil e do mundo: do *boom* dos fins dos anos 1970 e começo dos 1980, claramente influenciados pelas greves operárias e pela criação do Partido dos Trabalhadores nos estertores da ditadura militar, ao “aparente eclipse” dos neoliberais nos anos 1990, para, enfim, chegar à emergência de uma produção muito mais profissionalizada em um contexto renovado, de viragem à esquerda, promovida pelos governos populares latino-americanos, e do maior protagonismo na cena internacional do chamado “Sul Global”.

Pensando nas novas abordagens sobre a história do trabalho que podem ser resultado da conjuntura dos últimos dez anos, a questão sobre a identidade negra no pós-abolição – mais precisamente, o silêncio que se produz sobre as questões étnico-raciais na sociedade brasileira do início do século XX – ganha redobrada importância quando pensamos nos avanços das políticas afirmativas. Neste sentido, se recobrem-se de interesse os artigos de Regina

Célia Lima Xavier, “intitulado Raça, Classe e Cor: Debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição”;; o de Álvaro Pereira Nascimento, “13 de Maio: Memória da escravidão e educação nas páginas do *Correio da Lavoura* (Nova Iguaçu, RJ, 1917-1950)”; e o de Caetana Maria Damasceno, “‘Cor’ e ‘boa aparência’ no mundo do trabalho doméstico: problemas de pesquisa da curta à longa duração”.

No primeiro artigo, Regina Célia Lima Xavier, ao analisar as transformações na linha editorial do jornal negro *O Exemplo*, publicado na cidade de Porto Alegre durante a primeira década do século XX, se indaga sobre a penetração do ideário de branqueamento da população entre os negros -- diferentemente de como foi caracterizado pela historiografia, como um movimento unilateral de cima para baixo -- e discute se essa penetração não expressaria uma estratégia de resistência. A autora argumenta que, frente à consolidação da ideologia racista que apregoava um Rio Grande do Sul eminentemente branco, reafirmando a hierarquia social e racial do período, a possibilidade de abraçar a defesa dos direitos do cidadão e a negação da existência das raças transformava-se em uma maneira de combater a aplicação deste ideário racial às práticas sociais.

Neste mesmo sentido, se a categoria “boa aparência”, exigência de empregadores que começou a se disseminar nos jornais cariocas da década de 1940 do século XX, expressando o paradoxal projeto de “integração nacional” varguista com discriminação racial, a sua utilização por parte dos próprios trabalhadores, sugere Caetana Maria Damasceno, poderia não apenas expressar estratégias de ascensão social por parte da população descendente de escravos, mas ainda explicitar a construção de uma identidade de longa duração, elaborada pelos próprios libertos, em quena qual a categoria “negro” significasse “escravo”, sem que isso fosse a mera negação de sua condição racial ou a vitória da ideologia de branqueamento.

Já Álvaro Pereira do Nascimento, ao investigar como a data de 13 de Maio era recordada pelo jornal *Correio da Lavoura*, de Nova Iguaçu, na primeira metade do século XX -- cujo dono, Silvino Hyppolito de Azeredo, era mulato, de passado escravo e supostamente esteve envolvido na campanha Abolicionista --, percebe ali como paulatinamente a recordação da luta abolicionista e das revoltas escravas cede lugar para a defesa da chamada “segunda abolição”, identificada com a libertação do analfabetismo. Principalmente após 1930, a libertação do “brasileiro” do analfabetismo, sem cor pré-definida ou qualquer menção às situações as quais os ex-cativos foram submetidos no pós-abolição, assenhorava-se cada vez mais dos textos comemorativos do 13 de Maio. Para o autor, as análises do *Correio da Lavoura* indicam a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre como aqueles negros e mulatos

com *status* profissional, econômico, intelectual e/ou político se posicionaram – ou não – frente ao racismo na sociedade brasileira pós-abolição.

Estas visões mais complexas sobre o processo de diluição, resistência e silenciamento das questões étnico-raciais no pós-abolição que os artigos abordam parecem ganhar maior relevância, como dito acima, tendo em tela as discussões disparadas nos últimos anos pela adoção de políticas afirmativas nas principais universidades brasileiras. Se, por um lado, parece existir uma reversão dessa tendência de silenciar-se sobre a cor, como nos revela um estudo do Ipea⁵ de 2011 acerca do crescimento dos brasileiros que se autodeclararam negros e pardos entre os anos 2000 e 2010, os discursos provenientes dos setores mais conservadores da sociedade brasileira sobre a suposta “democracia racial” também voltaram com força total.

Outro tema presente nessa coletânea de artigos e que inevitavelmente se relaciona ao trabalho dos três autores antes citados é, sem dúvida, o trabalho escravo, principalmente durante o século XIX. Pode-se pensar o trabalho de Silvia Regina Petersen, intitulado “Da historiografia aos bancos da escola: O tema do trabalho e dos trabalhadores nos livros didáticos de história do Brasil no século XIX”, como uma espécie de introdução à discussão, já que Petersen busca esclarecer qual representação foi construída sobre o trabalho e os trabalhadores nos livros escolares do século XIX. A justificação da superioridade branca como um dos nortes da história brasileira presente nestes livros, ao ter de necessariamente negar o protagonismo de negros e indígenas na história do país, implica no completo silêncio sobre o trabalho. As riquezas nacionais emergem independentes da ação humana, e a omissão em relação ao trabalho e trabalhadores cumpre a função de excluir definitivamente da construção da nação os elementos “não civilizados” de indígenas e negros, de maneira condizente ao projeto de história nacional impulsionado pela elite letrada do Império por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Já os artigos de Fabiane Popinigis, “Liberdade sob a escravidão: Trabalhadores africanos no comércio de gêneros – Desterro, 1830-1860”, de Helen Osório, “Com sua marca: Trajetórias e experiências de trabalhadores escravos e livres na pecuária no Brasil meridional”, e o de Vânia Maria Losada Moreira, “A conquista do trabalho indígena: Fé, razão e ciência no mundo colonial”, dialogam em alguma medida com Petersen ao se debruçarem justamente sobre o “silencioso” mundo do trabalho compulsório e livre durante o período colonial e o século XIX.

Popinigis e Osório mostram como a presença de homens e mulheres escravas foi importante, diferentemente do consagrado pela historiografia, tanto no comércio realizado na agitada praça central de Desterro quanto na pecuária dos campos do Brasil meridional. Em ambos os casos, discutem-se

como estas atividades eram importantes para o acúmulo de pecúlio destinado à alforria e, no caso de Desterro, como a praça também se constituía em um importante espaço de sociabilidade e autonomia para escravos e libertos.

Moreira, por sua vez, chama atenção sobre como a historiografia não apenas negligenciou a importância do trabalho indígena durante a colônia e o Império – tema também abordado por Osório, quando esta analisa a grande presença de indígenas entre os peões livres no Rio Grande do Sul –, como, por consequência, seu protagonismo como agentes históricos frente à violência a que foram sistematicamente submetidos os povos indígenas. A autora destaca como de que modo agrupamentos indígenas muitas vezes utilizaram-se de canais políticos e jurídicos para reivindicarem o que consideravam ser justo e correto, conseguindo às vezes até mesmo um relativo sucesso, tendo como exemplo no interessante caso do conflito narrado no artigo entre indígenas e portugueses moradores da vila Benavente, na capitania do Espírito Santo, ao fim do século XVIII.

Completam o livro o estudo de David Roediger sobre o entrelaçamento entre as questões raciais e o movimento operário estadunidense, mostrando o quão interessante seria romper fronteiras por meio da tradução e publicação de trabalhos sobre a história do trabalho de outros países; uma breve reflexão de Benito Bisso Schmidt sobre a importância das biografias e trajetórias pessoais de trabalhadores como fonte privilegiada para uma compreensão menos esquemática das experiências da classe trabalhadora –, texto que, por sua vez, dialoga com o artigo de Adriano Luiz Duarte que discute acerca do tortuoso caminho do pastor presbiteriano Paulo Rizzo até sua adesão ideológica ao PCB do pastor presbiteriano Paulo Rizzo, por meio de uma investigação do FBI, realizada no início dos anos 1940, período em que o brasileiro viveu e trabalhou nos EUA; e, por fim, uma pequena amostra do trabalho de Jean Rodrigues Sales, no qual este autor procura abordar a história das ligas camponesas tendo em tela não apenas aspectos da história política, mas também as relações destas com o contexto específico e a experiência dos trabalhadores rurais pertencente às Ligas.

Deve-se louvar a iniciativa de procurar aprofundar e renovar os estudos sobre a história da classe trabalhadora brasileira, não apenas no sentido que afirmam os organizadores da coletânea na introdução do livro –, “[...] apesar das polêmicas inevitáveis sobre as conquistas, limites e os compromissos impostos pela participação político-institucional por aqueles que emergiram do movimento operário”⁶ –, mas justamente porque tanto as políticas sociais quanto as macroeconômicas dos dez últimos anos do governo do Partido dos Trabalhadores reanimaram o debate acadêmico sobre as classes sociais e o mundo do trabalho e, em pouco tempo, passaram a consolidar uma interpre-

tação quase ontológica do comportamento das classes subalternas brasileiras como agentes conservadores, privilegiando como esfera de expressão política destes setores a via eleitoral.

Em se tratando de um livro que se anuncia como um esforço para romper fronteiras e para desfazer dicotomias, cabe aqui perguntar: por que a manutenção da fronteira entre o que se convencionou chamar de história econômica e história social? A questão levantada por Emilia Viotti da Costa e citada no artigo “Sobre encanadores e filósofos: fazendo a história do trabalho no Brasil” ainda parece pertinente: qual o papel das forças produtivas e das relações de produção por elas engendradas na constituição das múltiplas experiências dos trabalhadores? Questões como a anunciada “ambiguidade” entre trabalho livre e trabalho escravo poderiam ser melhor elucidadas. Esta fronteira se desfaz, pois os mecanismos de coação extraeconômica eram aplicados em igual medida tanto aos homens livres pobres como aos escravos? A remuneração, e mesmo o acesso à pequena propriedade, são suficientes para relativizar a situação de escravidão? E, se sim, por que a persistência desse regime de exploração e a defesa desta instituição até os estertores do século XIX?

A obra de E. P. Thompson, em grande medida, demoliu os esquemas explicativos reificadores e deterministas das classes sociais, mas de maneira nenhuma podemos creditar ao autor inglês esse distanciamento do chamado campo da história econômica – pode-se ir além e questionar-se: é possível compreender a obra de Thompson sem ter em vista os debates relativos à transição do feudalismo para o capitalismo, ou, mais precisamente, a análise desse processo feita por Karl Marx no famoso capítulo d’*O Capital*, “A assim chamada acumulação primitiva”? Como o próprio historiador inglês afirmou, “A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”⁷.

NOTAS

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em História Econômica da USP. Contato do autor: fernandosartiferreira@yahoo.com.br.

² Cf. “História do trabalho para além das fronteiras”. *Cadernos AEL*. Campinas, v. 17, n. 29, 2010, p. 31-68.

³ “Introdução”. In: FORTES, Alexandre, et al., *Cruzando Fronteiras – Novos olhares sobre a história do trabalho*, org. Alexandre Fortes... [et al.]. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, pg. 7.

⁴ *Ibidem*, p. 9-10.

⁵ “Dinâmica demográfica da população negra brasileira”, Comunicado do Ipea, Nº 91, maio de 2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/co-

municado/110512_comunicadoipea91.pdf<www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110512_comunicadoipea91.pdf>.

6 “Sobre encanadores e filósofos: fazendo história do trabalho no Brasil”. In: Cruzando fronteiras...FORTES, Alexandre, *et al.*, *op. cit.*, pg. 23.

7 THOMPSON, E. P., *A formação da classe operária inglesa – a árvore da liberdade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pg. 10.